

A. I. N° - 269130.1732/04-6
AUTUADO - MARIANA ARAÚJO SILVA
AUTUANTES - JOILSON MATOS AROUCA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 12.11.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF 0427-02/04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. MERCADORIA DESTINADA À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 15/07/2004, exige o pagamento do ICMS de R\$ 289,32, e multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada.

O autuado, ingressa com defesa, fl. 11, e requer a desconsideração da autuação, sob o argumento de que ao tomar conhecimento em 11 de maio de 2004, da sua situação irregular, entrou com pedido de reinclusão de sua inscrição cadastral, e obteve o deferimento do pleito em 24 de maio. Afirmar que ocorreu uma falha na SEFAZ, que ocasionou o cancelamento da inscrição estadual em junho do corrente ano.

Auditor fiscal designado presta a informação fiscal de fl. 20, na qual entende que assiste razão ao autuado. Conforme documento de fl. 14, o contribuinte obteve deferimento do pedido de reativação de sua inscrição estadual em 24.05.2004, não se justificando o cancelamento ocorrido em 02/06/2004, efetivado por um equívoco do setor de cadastro.

VOTO

Inicialmente verifico que o Auto de Infração em lide, foi lavrado dentro das formalidades legais, a teor do que dispõe o art. 39 do RPAF/99, estando apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

No mérito, trata-se de Auto de Infração, no qual está sendo exigido o imposto em decorrência da aquisição de mercadorias, por contribuinte que se encontrava à época da ação fiscal, com a inscrição cadastral cancelada, no Estado da Bahia.

De fato, o autuado encontrava-se com sua inscrição cadastral cancelada, mas por erro no sistema da Secretaria da Fazenda, conforme consta no INC- Informações do Contribuinte, de fls. 12/13 do PAF.

Neste caso, o contribuinte obteve deferimento do pedido de reativação de sua inscrição estadual em 24.05.2004, não se justificando o cancelamento ocorrido em 02/06/2004, efetivado por um equívoco do setor de cadastro.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269130.1732/04-6, lavrado contra **MARIANA ARAÚJO SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de outubro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR